

ESTUDO DE OPINIÃO PÚBLICA SOBRE A COMUNICAÇÃO DA COVID-19 DURANTE A PANDEMIA RESULTADOS DA SEGUNDA VAGA

Marta Entradas

João Santos

Iscte – Instituto Universitário De Lisboa

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Objetivo do estudo

As questões colocadas neste estudo de investigação à população, tiveram como objetivo perceber quais as fontes de informação que os Portugueses mais usaram para se informarem sobre a COVID-19 e que confiança depositam nelas, quais as suas atitudes e perceções de risco da doença COVID-19, e níveis de confiança na ciência e cientistas para resolver a crise pandémica. Este estudo foi conduzido como parte de um projeto de investigação coordenado por Marta Entradas, Iscte, e financiado pela FCT¹. Os dados foram recolhidos em duas fases: a primeira, durante o primeiro mês da pandemia, de 29 Abril a 12 de Maio 2020, e a segunda vaga de recolha de dados teve lugar oito meses após o início da pandemia, de 17 de Novembro a 19 de Dezembro de 2020. Em ambas a fases, o país encontrava-se em ‘Estado de Emergência’, sendo que durante a primeira fase o país se encontrava em *lockdown* total, e na segunda, medidas restritivas em vigor restringiam a movimentação e o funcionamento de alguns sectores (restauração, etc.). Os dados que aqui apresentamos referem-se assim às opiniões dos portugueses durante a segunda recolha de dados, comparados com a vaga anterior (1ª vaga versus 2ª vaga).

¹ OPEN - Envolvimento do Público em Ciência e Tecnologia por Organizações Académicas (PTDC/COM-OUT/30022/2017)

Níveis de informação e interesse

De um modo geral, os portugueses mantêm elevado interesse na pandemia. Nota-se, talvez, algum cansaço ou sobre-exposição face à temática. De facto, apesar de reportarem que têm interesse e que estão bem informados sobre a COVID-19, estes dois indicadores diminuíram ligeiramente face à primeira vaga.

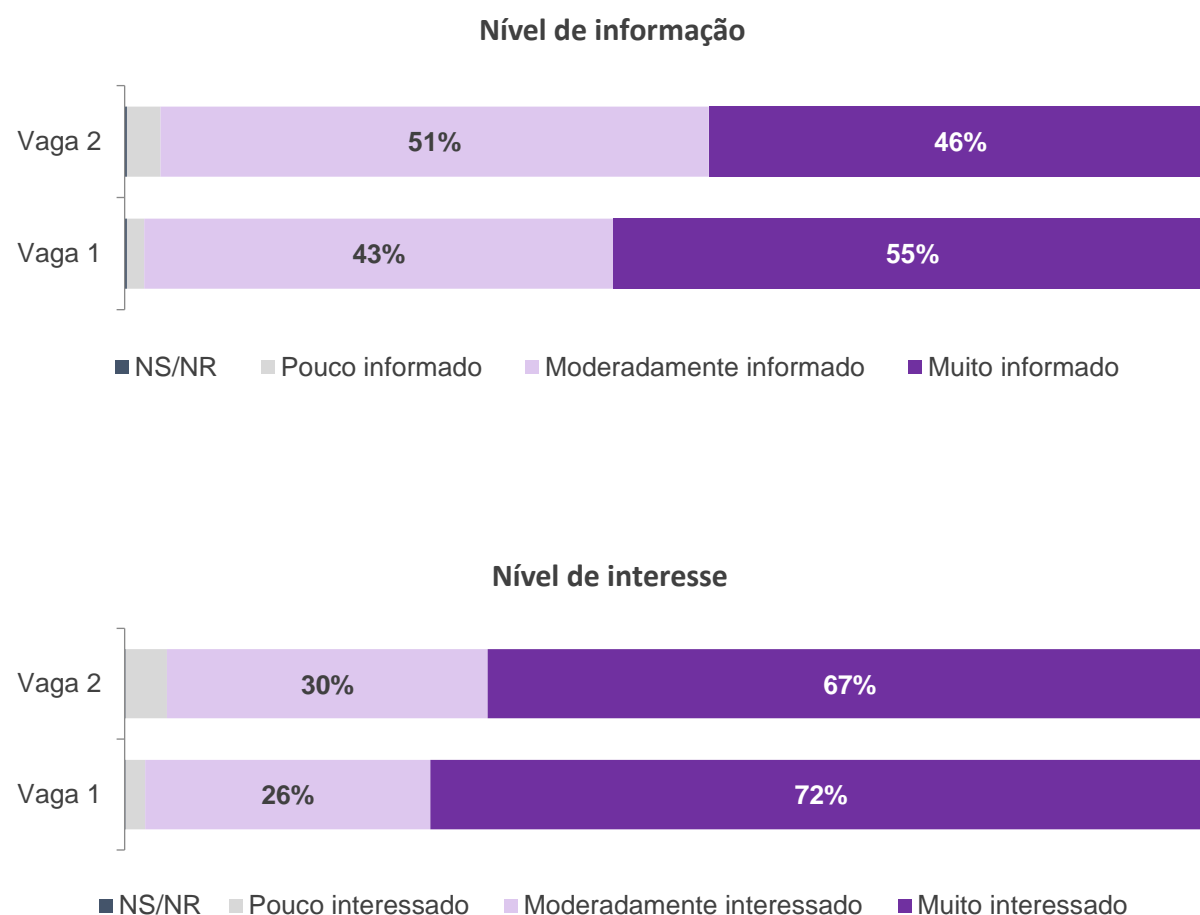


Figura 1. Nível de informação e de interesse. Q1. Até que ponto se considera informado/a sobre a pandemia COVID-19, causada pelo novo coronavírus? Q2. Até que ponto se considera interessado/a no assunto da pandemia COVID-19?

Fontes de informação sobre a pandemia

Principais fontes de informação usadas

Semelhante à primeira recolha de dados, o estudo analisou a exposição às fontes de informação. No geral, estas permaneceram inalteradas face ao reportado na primeira vaga. As fontes de informação primárias continuam a ser a Televisão e a Rádio, com cerca de 92% dos inquiridos a consultarem estas fontes regularmente ou ocasionalmente. Atrás desta, encontram-se os amigos e familiares (80%), seguido das páginas da internet de fontes institucionais (64%). Sensivelmente metade (48%) dos inquiridos reporta procurar regularmente ou ocasionalmente informação através das redes sociais. A nível da imprensa escrita, este número é de 45%, semelhante aos 46% que refere procurar informação regularmente junto de médicos e outros profissionais de saúde. (Figura 2)

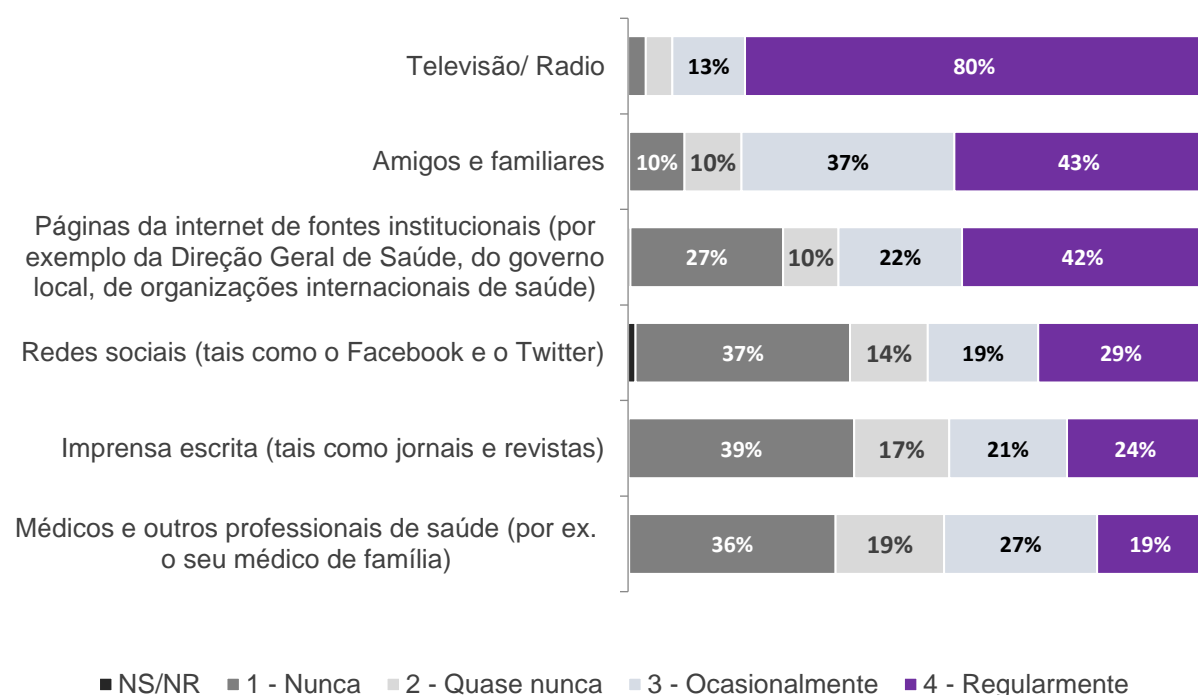


Figura 2. Fontes de informação sobre COVID-19. Pergunta: “Para cada uma das fontes que lhe irei ler, pedia-lhe que me dissesse com que frequência procurou informação em cada uma dessas fontes, na última semana?”

Confiança nas fontes de informação

À semelhança da primeira vaga, as fontes de informação consideradas mais fidedignas pelos inquiridos continuam a ser os médicos e profissionais de saúde (95% dos inquiridos a indicarem alguma ou muita confiança, versus 97% na vaga anterior), assim como cientistas e investigadores (92%, versus 93% na vaga anterior), mas a confiança depositada pelos portugueses na informação diminuiu ligeiramente entre quase todas essas fontes. Atrás das fontes científicas, figuram as fontes oficiais: as instituições de saúde tanto internacionais (como é o caso da OMS) – com 83% dos inquiridos a indicarem alguma ou muita confiança, face aos 86% da vaga anterior - como nacionais (tais como a Direção Geral de Saúde), em que a indicação de confiança desceu de 89% na vaga anterior para 85%. Com um nível de confiança mais reduzido, encontram-se os familiares e amigos, com 82% dos inquiridos a indicarem alguma ou muita confiança. Relativamente aos jornalistas e políticos, se 85% dos inquiridos reportavam ter alguma ou muita confiança nos jornalistas na primeira vaga, esta percentagem diminuiu para 76% na segunda vaga; nos políticos a diferença é mais acentuada, com uma redução de 61% na primeira vaga para 44% na segunda vaga. Por fim, as redes sociais são consideradas a fonte menos fidedigna de informação (28% de confiança), um resultado que é consistente com o da primeira vaga (29%). (Figura 3).

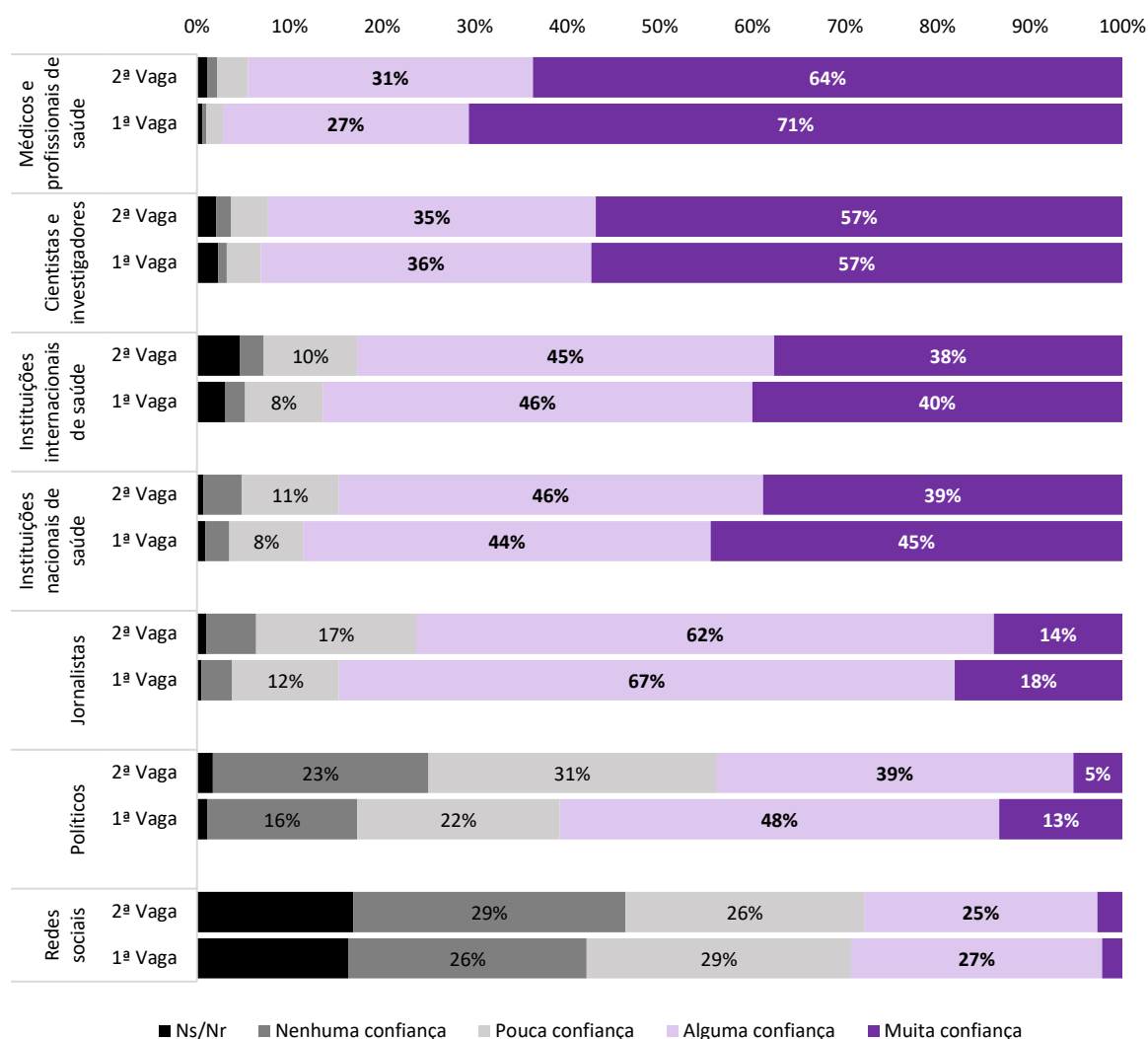


Figura 3. Nível de confiança nas fontes de informação sobre a COVID-19 na 1ª e na 2ª vaga. Pergunta: Qual o nível de confiança que deposita na informação que recebe de cada um dos seguintes grupos?

Utilidade da informação

Em termos de utilidade percebida das fontes de informação, esta está largamente a par do nível de confiança, e não apresenta alterações substanciais face à primeira vaga. No geral, a avaliação de utilidade das fontes usadas pelos portugueses para se manterem informados sobre a pandemia, é positiva, embora a informação proveniente da comunidade médica e científica seja vista como a mais útil. A avaliação da utilidade da informação de fontes oficiais do governo e jornalistas encontram-se abaixo das fontes científicas, ambos com 82% de inquiridos a considerarem a informação útil ou muito útil (87% na vaga anterior). A última posição que mantém ainda uma avaliação geralmente positiva é a comunicação dos políticos,

que 72% dos inquiridos consideraram útil ou muito útil, uma redução face aos 79% da vaga anterior. Apenas a informação proveniente das redes sociais tem uma avaliação largamente negativa, com apenas 30% dos inquiridos a considerem uma fonte útil ou muito útil, semelhante aos 32% da vaga anterior. (Figura 5).

É interessante notar que, por exemplo, enquanto que a comunicação com familiares e amigos é intensa, a confiança na informação recebida destes grupos é baixa. Ao contrário, a comunicação com médicos é restrita, mas o nível de confiança depositado nestas fontes é elevado.

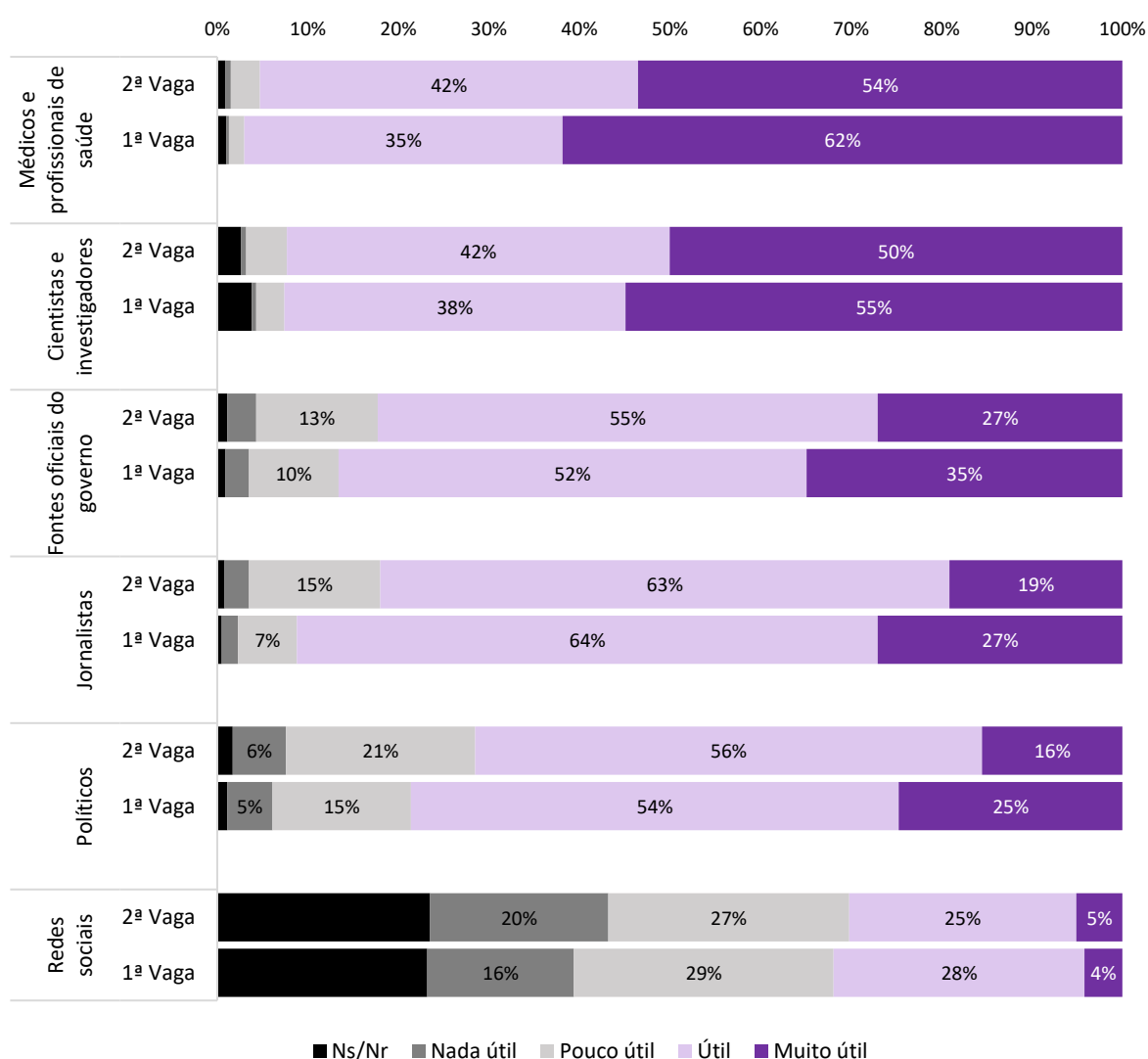


Figura 5. Utilidade da informação prestada por várias fontes na 1ª e na 2ª vaga. Pergunta: No que toca a contaminação e propagação da doença COVID-19, gostaria de lhe perguntar a sua opinião sobre a qualidade da informação que recebe de várias fontes. Q. Como avalia a utilidade da informação sobre a COVID-19, comunicada pelos seguintes grupos?

Tom da informação/alarmismo

Em termos de alarmismo, todas as fontes consideradas em estudo são referidas como tendencialmente alarmistas. Contrastando com os resultados da primeira vaga, houve um aumento generalizado relativamente ao grau de alarmismo percecionado, com a exceção do tom alarmista associado às redes sociais, que se manteve inalterado. E houve também um aumento do número de portugueses que consideraram a informação tornada pública mais confusa e contraditória (72% vez. 52% na vaga anterior) (Figura 6).

Médicos, cientistas, políticos e fontes oficiais são consideradas as fontes menos alarmistas, com 67-69% dos inquiridos referindo que estas fontes assumem um tom “Alarmista” ou “Muito alarmista”. As redes sociais sobressaem por apresentarem 40% de respostas a indicarem este conteúdo como “Muito alarmista” – sensivelmente o dobro do observado nas restantes categorias de resposta, à exceção dos jornalistas. É esta última categoria – jornalistas – que é vista como a que adota um tom mais alarmista, com 44% dos inquiridos a considerarem a informação como “Muito alarmista”. É, no entanto, sobre as fontes científicas que recai o maior acréscimo na perceção do nível de alarmismo: se nos primeiros meses da pandemia a percentagem de inquiridos que considerava o tom da informação passada pelos cientistas como “Alarmista” ou “Muito alarmista” era de 50%, esta subiu para 68% oito meses após o início da pandemia. O mesmo se fez sentir relativamente ao nível de alarmismo percecionado, relativamente à informação veiculada por médicos que se alterou de 49% para 67%, na segunda vaga – provavelmente um reflexo do crescente enfâse dado ao colapso iminente do Sistema Nacional de Saúde. Nas fontes oficiais há também um aumento na percentagem de inquiridos a considerar o tom como “Alarmista” ou “Muito alarmista”: subiu de 60% para 69% no caso da comunicação feita por fontes oficiais do governo, e de 58% para 69% no caso de políticos.

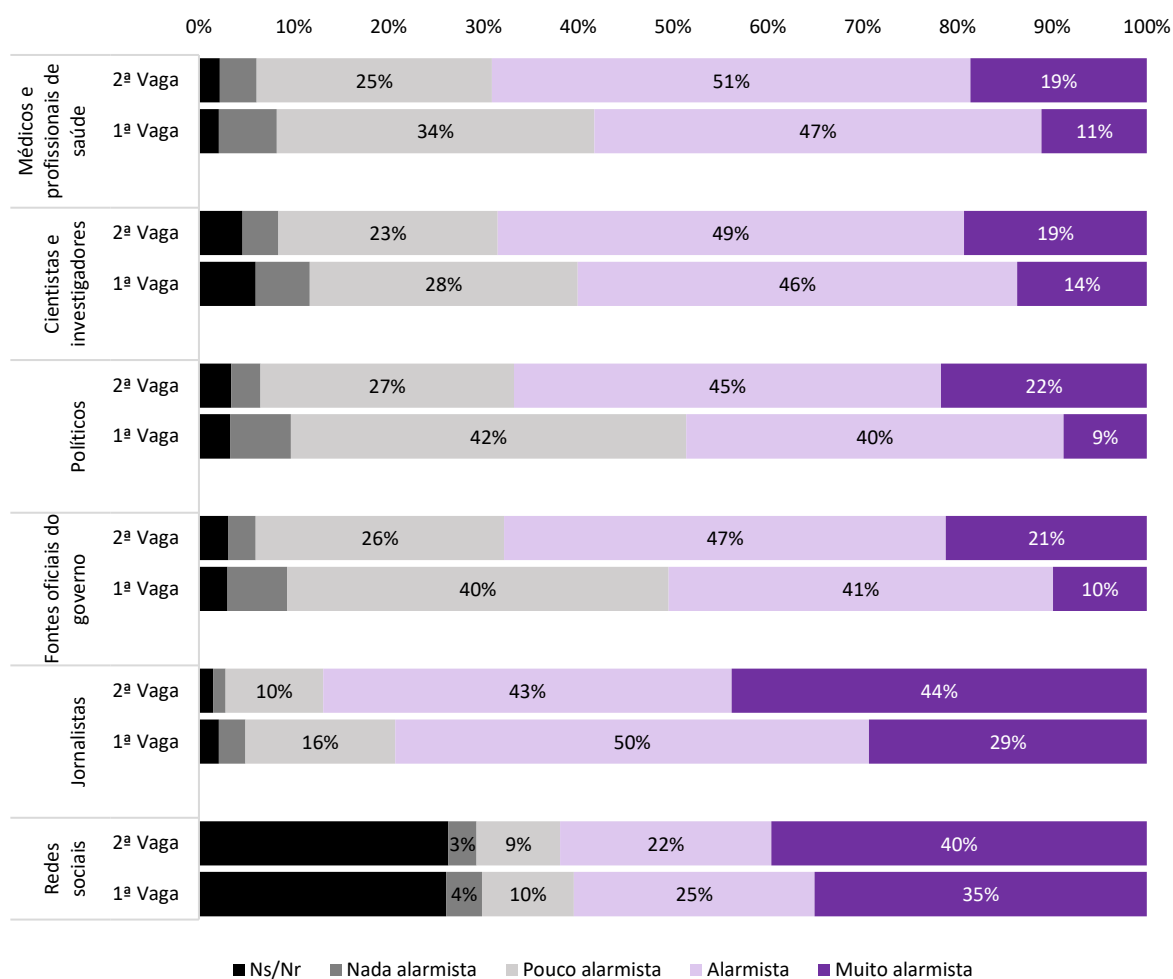


Figura 6. Alarmismo da informação prestada por várias fontes na 1ª e na 2ª vaga. Pergunta: No que toca a contaminação e propagação da doença COVID-19, gostaria de lhe perguntar a sua opinião sobre a qualidade da informação que recebe de várias fontes. Q. Como avalia o tom da comunicação sobre a COVID-19, levada a cabo pelos seguintes grupos?

Perceções de risco

No geral, a maioria dos Portugueses continua a considerar a pandemia como uma ameaça preocupante, mas que é possível tomar medidas para prevenir o contágio. No entanto, é de notar uma diminuição nas perceções de risco do novo coronavírus. A percentagem de inquiridos que considera a doença COVID-19 mais grave do que uma gripe sazonal é de 82% oito meses após a pandemia, face aos 91% da primeira vaga. Adicionalmente, 37% consideram que há um grande exagero sobre os perigos do COVID-19, um aumento relativamente aos 27% da primeira vaga, e que é também refletido no aumento concomitante da perceção de alarmismo das fontes de comunicação. (Figura 8)

Em termos de risco individual (em oposição ao risco social) face à COVID-19, também aqui houve uma diminuição do risco percecionado em aproximadamente 4 pontos percentuais, embora a larga maioria continue a ver a possibilidade de ser infetado e desenvolver doença grave. Sensivelmente 3/4 da população considera-se em risco de contrair a doença no futuro próximo, e 2/3 considera ter risco de desenvolver doença grave. (Figura 7)

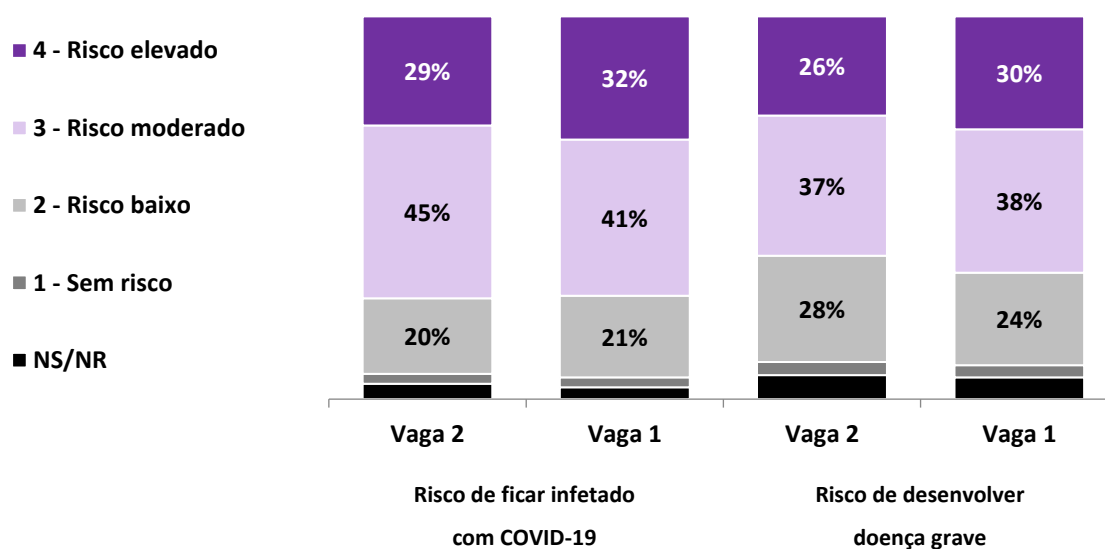


Figura 7. Perceção de risco da COVID-19. Pergunta: Q10. Como avalia o risco de ficar infetado com COVID-19 num futuro próximo? Q11. Como avalia o risco de desenvolver doença grave se ficar infetado/a com COVID-19 num futuro próximo?

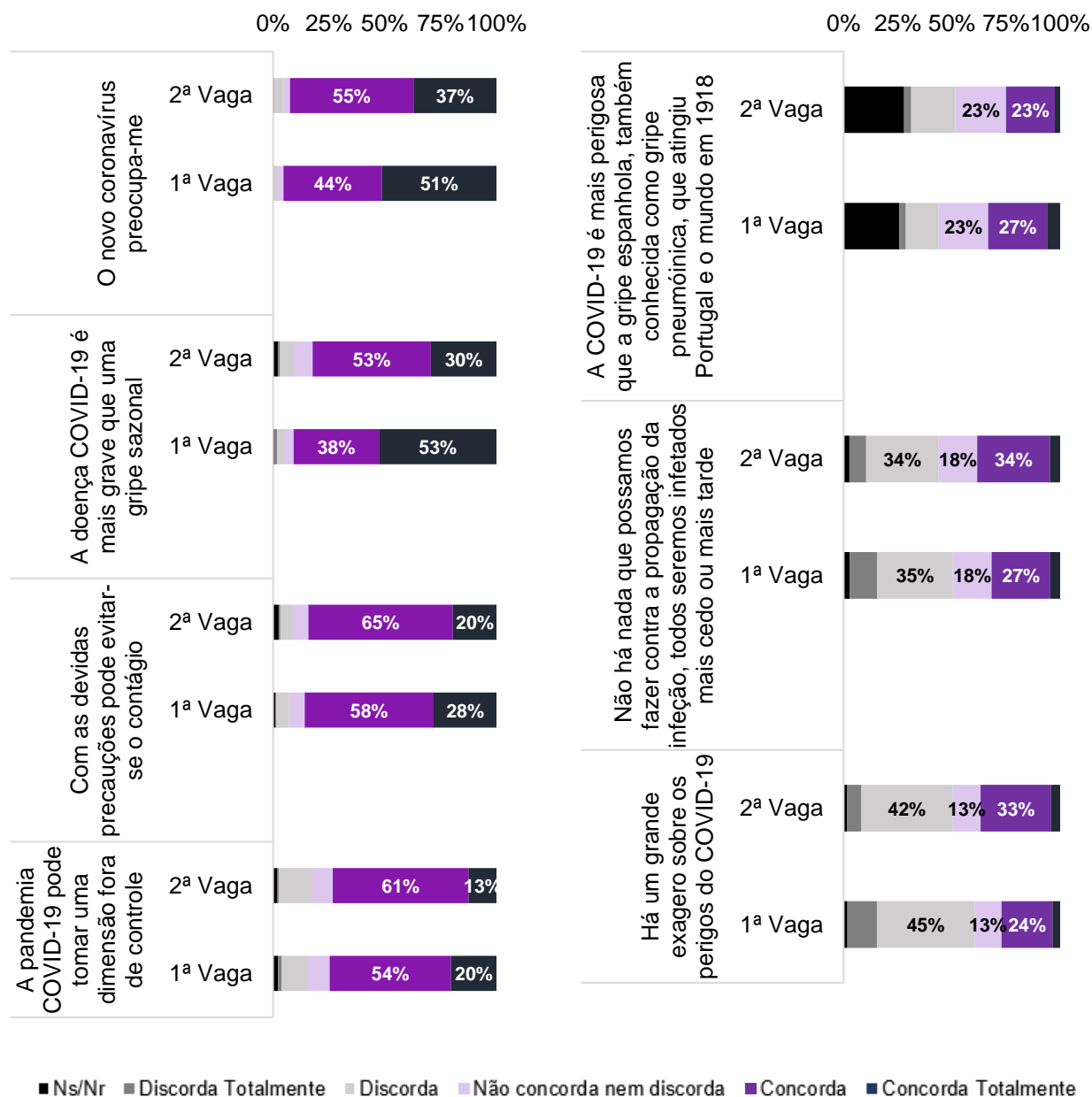
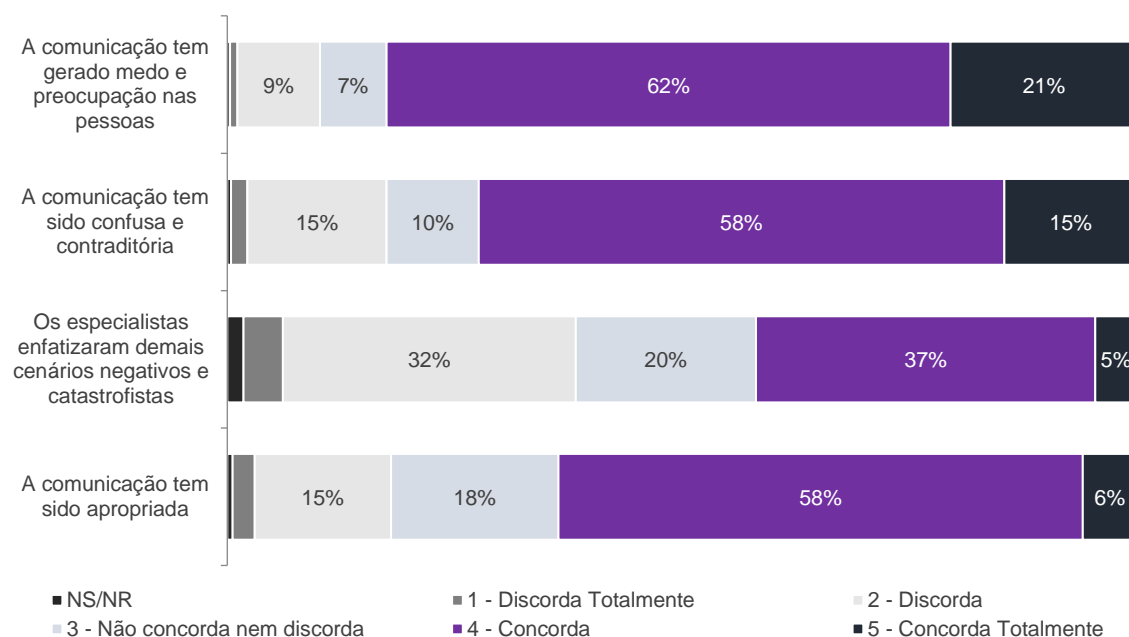


Figura 8. Perceção da gravidade da COVID-19 na 1ª e na 2ª vaga. Pergunta: Q12. Vou agora ler-lhe algumas frases sobre a potencial gravidade da doença COVID-19. Gostaria que me dissesse o quanto concorda ou discorda de cada uma delas?



Estado de emergência, confinamento, e restrições

Perguntámos ainda aos inquiridos, a sua opinião sobre o estado de emergência e restrições em vigor à data do inquérito. A larga maioria dos inquiridos (94%) concorda com a aplicação deste estado de emergência, contudo a opinião difere relativamente à severidade das medidas implementadas: 44% considera as restrições em vigor adequadas (91% na primeira vaga), 20% considera que estas pecam por excesso (versus 7% na 1ª vaga), e 30% que seriam necessárias ainda mais restrições (categoria de resposta inexistente na 1ª vaga). Já relativamente ao isolamento social, este reúne maior consenso com 75% dos inquiridos a indicarem que o isolamento é necessário para evitar ao máximo a propagação da doença, semelhante aos 76% da primeira vaga. Apenas 16% vê o isolamento social restrito aos grupos de risco (18% na primeira vaga), e 6% considera que este deve ser menos restrito com vista a criar imunidade de grupo (5% na primeira vaga).

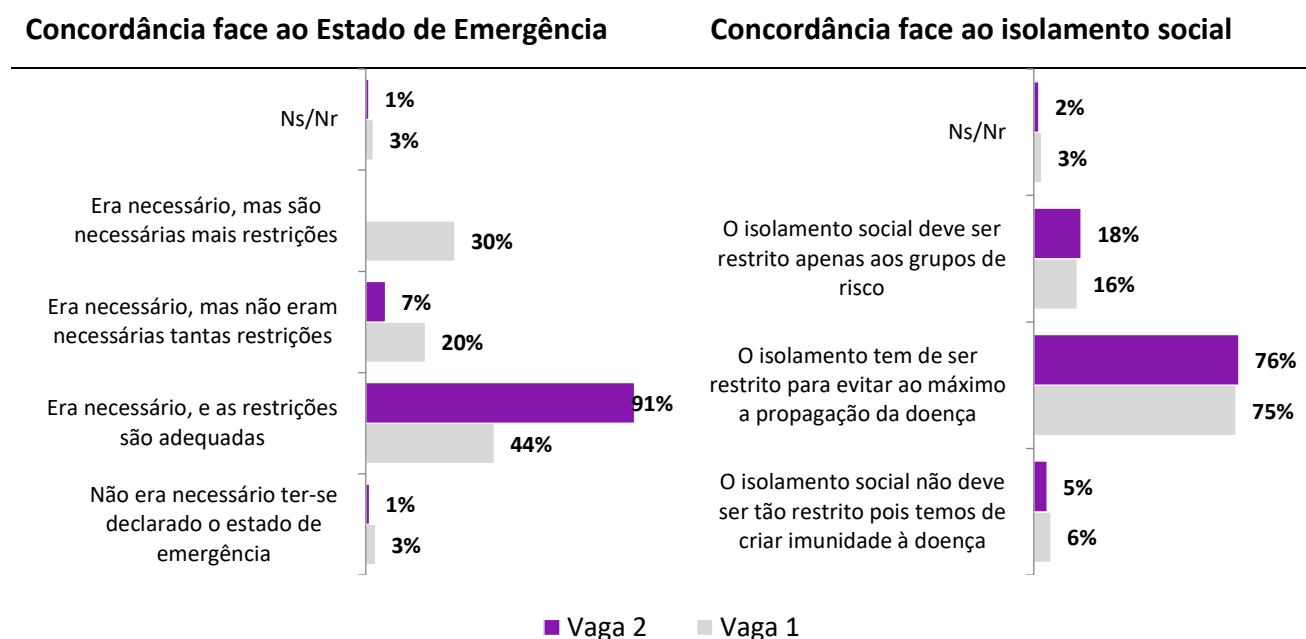


Figura 9. Concordância face às medidas adotadas pelo governo. Pergunta (a). – Em relação à declaração do segundo estado de emergência, qual das seguintes frases se aproxima mais da sua opinião? Pergunta (b). Sobre as políticas de isolamento social, qual das seguintes frases se aproxima mais da sua opinião? NOTA: a categoria de resposta “Era necessário, mas são necessárias mais restrições” não estava presente na 1ª Vaga, pois à data de recolha o país encontrava-se em confinamento total.

Comportamentos adotados

Em termos de adoção de comportamentos para prevenir a disseminação do vírus à semelhança da primeira vaga, estes continuam a ser adotados pela grande maioria dos portugueses. A maioria refere levar a cabo “frequentemente” a generalidade das medidas preventivas recomendadas, com a lavagem das mãos a ser o comportamento mais adotado (97% dos inquiridos a dizerem que o fazem frequentemente – versus 98% na primeira vaga), mas também o evitar sair à rua (88% na 2ª vaga versus 77% na 1ª vaga), a utilização de máscara (89% na 2ª vaga versus 78% na 1ª vaga) e o distanciamento social (89% na 2ª vaga versus 93% na 1ª vaga). Só a utilização de luvas é menos comum, com 77% dos portugueses a admitirem que nunca o fizeram indicando que esta prática foi maioritariamente descartada, pois na 1ª vaga apenas 37% dos inquiridos reportavam nunca usar luvas.

Nível de confiança na ciência

Nesta segunda vaga, semelhante ao início da pandemia, a confiança dos portugueses na ciência mantém-se bastante elevada com 88% dos inquiridos a concordar que a ciência irá resolver este problema (versus 87% na primeira vaga) e 52% a referirem valorizar hoje mais a ciência do que antes da pandemia (versus 54% na primeira vaga). De igual forma, 81% consideram que os políticos deviam ouvir mais os cientistas (versus 82% na primeira vaga). Apesar de a confiança depositada nas fontes científicas ser elevada, 38% pensa que o vírus foi criado em laboratório (contra 41% na primeira vaga), ou que este não existe (5%), 19% que a pandemia é uma mensagem de Deus (22% na primeira vaga), e 13% que a pandemia é uma conspiração da OMS e dos governos. (Figuras 10a e 10b).

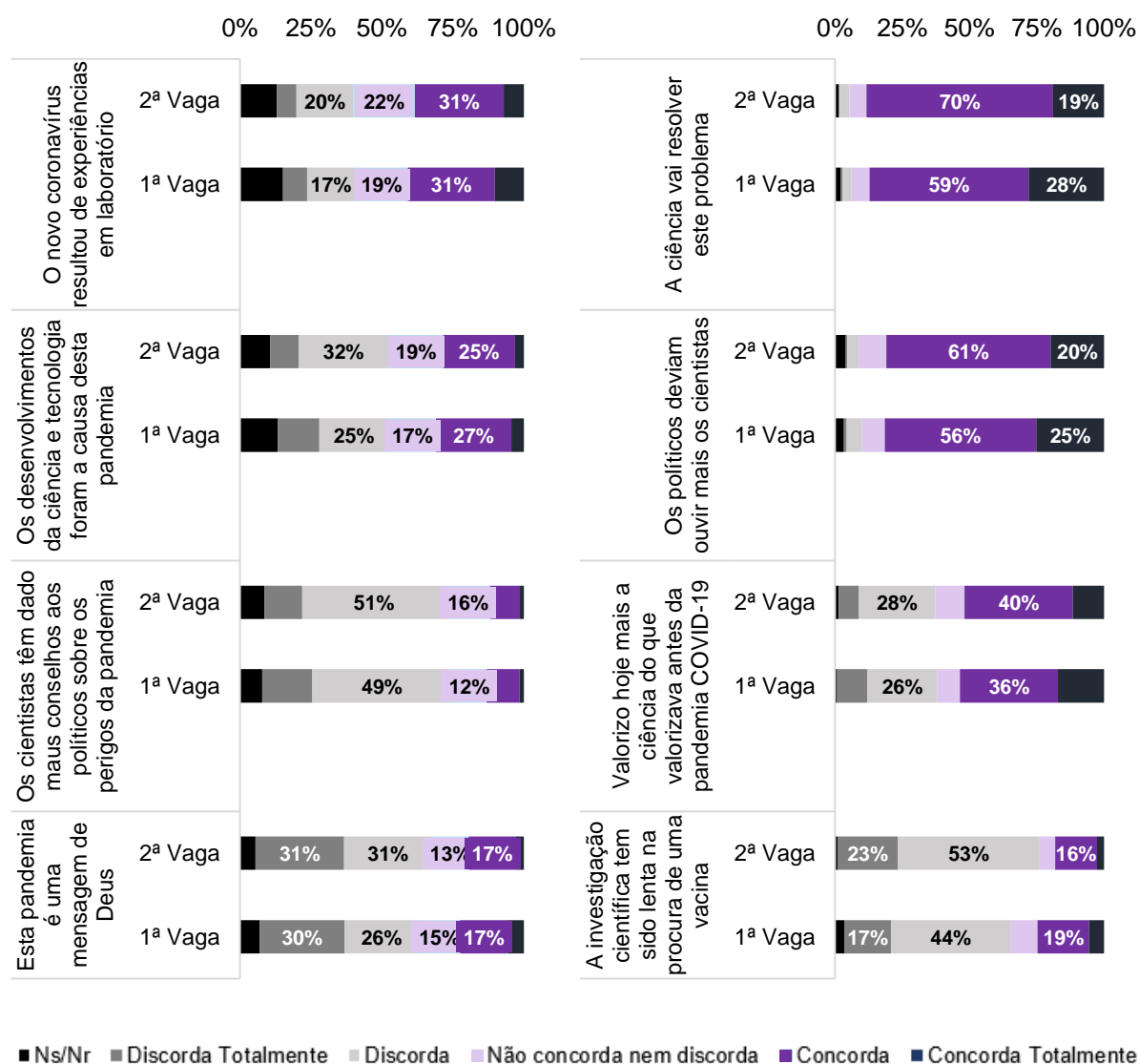


Figura 10a. Confiança na ciência. Pergunta: Relativamente às seguintes frases que lhe vou ler, diga me por favor o quanto concorda ou discorda com cada uma delas?

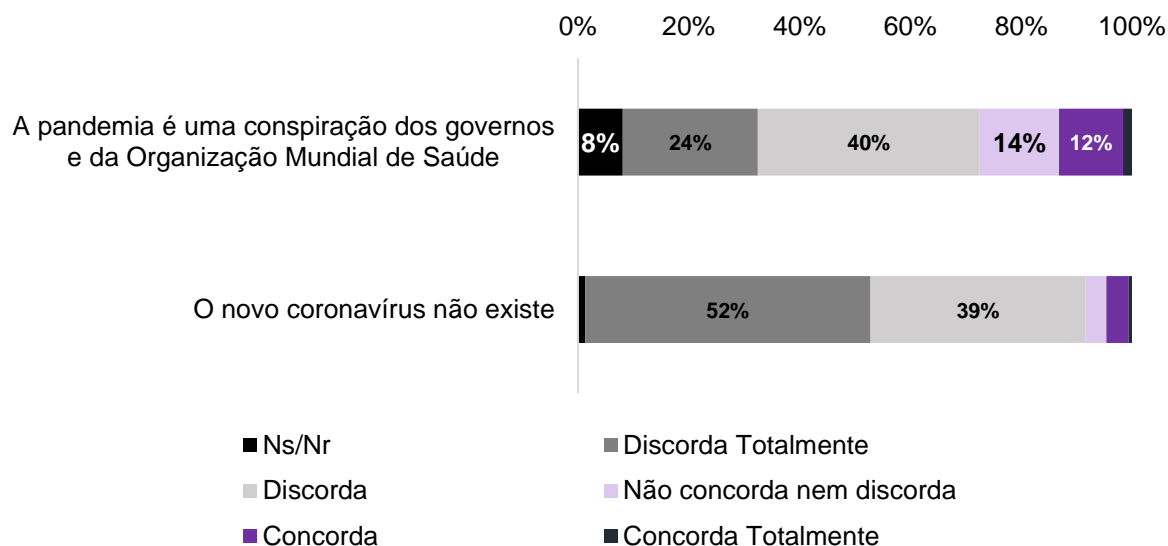


Figura 10b. Confiança na ciência (cont.). Pergunta: *Relativamente às seguintes frases que lhe vou ler, diga-me por favor o quanto concorda ou discorda com cada uma delas?* NOTA: itens sem correspondência na primeira vaga.

Recetividade à vacina

Nesta segunda recolha de dados, e tendo em conta os avanços no desenvolvimento da vacina, os inquiridos foram questionados relativamente à sua recetividade face à mesma. As respostas indicam que 64% considera provável ou muito provável vir a tomar a vacina, caso esta fique disponível nos próximos 6 meses, 16% dizem ser improvável, e 12% muito improvável tomar a vacina.

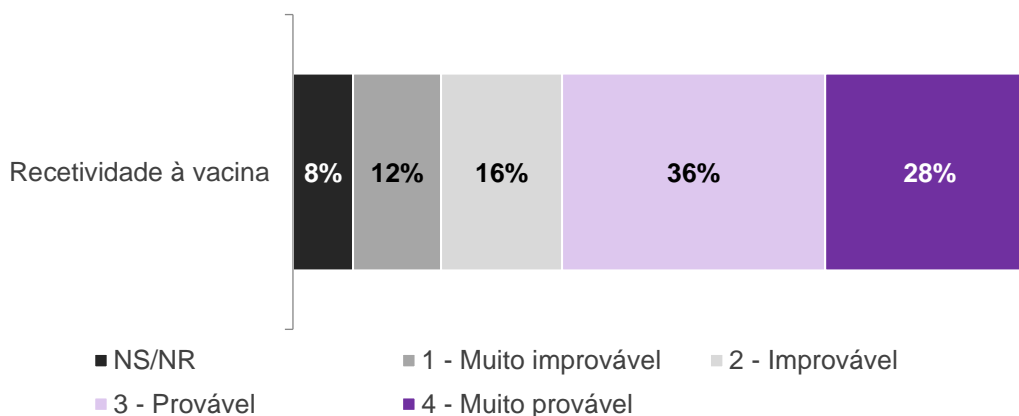


Figura 11. Recetividade à vacina COVID-19. Pergunta: *Se uma vacina para a COVID-19 ficar disponível nos próximos seis meses, quão provável é que a tome?*

Perfil dos inquiridos

O universo deste estudo – nas duas vagas de recolha de informação - é constituído pelos indivíduos com 18 e mais anos, residentes em Portugal Continental em lares com telefone fixo. Foram realizadas 1411 entrevistas na primeira vaga, e 1403 na segunda numa amostra proporcional à população portuguesa. A margem de erro é de 1,6% para um intervalo de confiança de 95%. Os respondentes foram selecionados através do método de quotas, com base numa matriz que cruzou as variáveis Sexo, Idade, Instrução (homens), Ocupação (mulheres), e Região. Em ambas as vagas, a informação foi recolhida através de entrevista telefónica, pela GfK Metris.

